ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

REQUERIMENTO Nº 100/95

Ilmo. Sr.
LUIZ ALBERTO BARELLA
DD. Presidente da Câmara de Vereadores
Nesta

A Vereadora que abaixo subscreve, vem requerer após ouvido o Plenário, seja encaminhado aos Deputados Estaduais líderes de todas as Bancadas, o apoiamento ao Projeto do Governo do Estado, Gestão Democrática do Ensino Público, um projeto educacional pioneiro, inovador, revolucionário em mudanças na Política Educacional do Estado do Rio Grande do Sul.

JUSTIFICATIVA EM ANEXO

CÂMARA MUNICIPAL, 31 DE AGOSTO DE 1.995.

CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM
ENTRADA
Protocolo n.º 100/95 | Data 31/08/1995
PRESIDENTE

CARLINDA POLETTO FARINA
Vereadora do PMDB

CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM
APROVADO
Reunião: 04/SETEMBRO/95
LUIZ ALBERTO BARELLA
Presidente

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

REQUERIMENTO Nº 100/95

JUSTIFICATIVA

O Governo do Estado está apresentando aos gaúchos a proposta de uma gestão democrática do ensino público. O principal objetivo deste projeto é garantir a democracia participativa na escola pública, dotando os estabelecimentos de autonomia administrativa, financeira e pedagógica. A proposta é uma conquista da sociedade e resulta de um trabalho feito em colaboração com entidades de classe, reafirmando o compromisso do Governo com a cidadania plena e o estímulo à organização dos diversos segmentos da comunidade.

O Rio Grande do Sul já teve orgulho de possuir um dos melhores índices de educação do brasil. Para voltar a este nível de qualidade, o ensino público necessita de uma ampla reformulação. Com mais autonomia para as escolas e uma participação maior da comunidade nas atividades de ensino, será possível melhorar o aproveitamento dos alunos, reduzir a evasão escolar e ampliar o índice de aprovação nas escolas públicas. A gestão democrática é um passo decisivo para retormar o crescimento da qualidade do ensino público estadual.

Autonomia e participação são as palavras chaves desse novo modelo, cujo objetivo é buscar, cada vez mais, a qualidade no ensino público e melhores condições de trabalho.

Veja os principais pontos:

Gestão Democrática

O compromisso do Governo com a cidadania e o estímulo à democracia participativa são motivadores desta proposta. As escolas passam a ter autonomia financeira, administrativa e pedagógica. O Conselho Escolar surge como elemento fundamental do processo educacional e voltam as eleições para os diretores já em 95.

Mais Autonomia

As escolas terão orçamento e receberão repasses trimestrais para a manutenção da escola, compra de material permanente e obras. A comunidade vai eleger a direção e os membros do Conselho Escolar diretamente. A autonomia administrativa vai garantir a discussão sobre os rumos da escola e o seu papel na busca da construção de uma sociedade mais justa e solidária. Cada unidade escolar terá um Plano Integrado de Escola, contendo suas metas gerais, inclusive pedagógicas.

Valorizando os Recursos Humanos

A Gratificação de Direção (GD) e a Gratificação de Permanência aumentam em 50% e a regência em duas classes unidocentes passa a ser permitida, com gratificação de 100%.

Prêmio por Qualidade

A qualificação do ensino é o objetivo de todos. Por isso, serão criados prêmios para as escolas e para os seus professores e servidores, em forma de remuneração extra, que atenderem às metas do Plano Integrado.

Eleições Diretas

Assim que o projeto for aprovado pela Assembléia Legislativa, será marcada a data das eleições de 95. Os diretores serão eleitos por voto direto, uninominal e secreto. Os eleitos em 95 farão curso de qualificação em 1996. Para as eleições seguintes, a Secretaria de Educação promoverá o curso para os candidatos.

Conselho Escolar

O Conselho Escolar terá um papel fundamental no novo modelo. Composto por pais, alunos, professores e servidores, será co-responsável na gestão da escola, participando das discussões e decisões nos âmbitos financeiro, administrativo e pedagógico.